

<https://doi.org/10.26512/pl.v11i23.44656>

Artigo recebido em: 12/08/2022

Artigo aprovado em: 17/12/2022

Artigo publicado em: 19/12/2022

REFLEXÕES ACERCA DA GUERRA
contribuições do pensamento de Hannah Arendt

REFLECTIONS ON WAR
contributions of Hannah Arendt's thought

Mário Sérgio de Oliveira Vaz¹

(mariovaz74@gmail.com)

Maria Fernanda dos Santos²

(maria.fer.s@live.com)

Resumo: Neste artigo, pretende-se discutir a temática da guerra a partir de algumas contribuições do pensamento de Hannah Arendt. Para tanto, torna-se necessário a realização de um recorte em sua obra, considerando a ausência de uma abordagem sistemática do assunto em questão por parte de Hannah Arendt. Com efeito, argumenta-se que a preocupação central da autora diante do referido tema orbita em torno do potencial de destruição que os artefatos técnicos à disposição das superpotências são capazes de acarretar. Ou seja, trata-se de focalizar sua crítica de que frente à bomba atômica, desenvolvida durante a Segunda Guerra Mundial, torna-se impossível avançar uma justificativa plausível para sua utilização e para a destruição causada. Nesse sentido, entende-se que na modernidade a guerra não corresponde mais a nenhum objetivo político racional, e, conseqüentemente, força um repensar da validade tanto do conflito internacional entre nações, quanto da política entendida como um jogo de força.

Palavras-chave: Guerra. Artefatos técnicos. Bombas atômicas. Hannah Arendt.

Abstract: This article intends to discuss the theme of war based on some contributions of Hannah Arendt's thought. To do so, it is necessary to make a cut in her work, considering the absence of a systematic approach to the subject in question by Hannah Arendt. It is argued that the author's central concern orbits around the potential destruction that the technical artefacts at the disposal of the superpowers are capable of causing. That is, it is about focusing on his criticism that, in the face of the

¹ Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8862494487084604>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3473-8292>.

² Doutoranda em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Federal do Paraná (UFPR). Mestra e Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8286316546049170>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1643-4087>.



atomic bomb developed during World War II, it is impossible to advance a plausible justification for its use and for the destruction caused. In this sense, it is understood that in modernity war no longer corresponds to any rational political objective, and consequently forces a rethinking of the validity of both international conflict between nations and politics understood as a game of force.

Keyword: War. Technical artefacts. Atomic bombs. Hannah Arendt.

À GUIA DE INTRODUÇÃO: O QUE REVELA O CAMPO DE BATALHA?

No ensaio intitulado “Trabalho, fabricação, ação”³ Hannah Arendt oferta *en passant* um comentário a respeito da dignidade humana em face dos acontecimentos brutais registrados durante a Primeira Grande Guerra que permanece ainda assustadoramente pertinente.

Lembremo-nos dos monumentos em homenagem ao Soldado Desconhecido depois da Primeira Guerra. Eles são testemunhas da necessidade de encontrar um ‘quem’, um alguém identificável que quatro anos de massacre em massa deveriam ter revelado. A relutância em nos conformarmos com o fato brutal de que o agente da guerra era, na verdade, ninguém, inspirou a construção dos monumentos aos desconhecidos – ou seja, a todos aqueles com os quais a guerra fracassou em tornar conhecidos, roubando-lhes, portanto, não suas conquistas, mas sua dignidade humana (ARENDR, 2021, p. 353).

167

Na passagem acima, Hannah Arendt chama a atenção para o fato de que, em verdade, os massacres ocorridos ao longo da Primeira Grande Guerra não foram capazes de ensejar uma memória coletiva entre os combatentes, bem como não impediu a repetição de uma outra guerra – tão destrutiva quanto – alguns anos mais tarde. Com efeito, a guerra das trincheiras – marcada pelo uso de armas até então inéditas, pela solidão e pelo desespero – não propiciou aos soldados, que lutavam em nome dos impérios europeus, um palco de aparição e de memória, mas sim, um terreno de aniquilação e de esquecimento. Para a ampla maioria dos soldados, o campo de batalha não resultou em uma experiência que pudesse ser narrada – em termos benjaminianos – ou mesmo mostrar sua singularidade e compreender quem eram e em nome de que lutavam. Conforme a leitura ofertada por Reinhart Koselleck (2014, p. 248) do início ao fim, permaneceram sujeitos a uma “estrutura de eventos” que produziu marcas profundas na consciência dos combatentes, absorvendo-os por completo e impedindo o reconhecimento da

³ Para os propósitos deste artigo é utilizada a tradução publicada na coletânea *Pensar sem corrimão: compreender 1953-1975* lançada em 2021 pela editora Bazar do tempo. Existe ainda a tradução de Adriano Correia publicada em 2019 na revista *Cadernos de ética e filosofia política*, que pode ser acessada via o seguinte link: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/163481>.



dignidade humana⁴. Daí a importância dos monumentos que registrem aqueles combatentes anônimos que não foram alçados à categoria de heróis, justamente porque foram abatidos em meio ao nada, longe de suas pátrias, pois sem esse gesto de lembrança póstuma, permaneceriam sem rosto e sem voz. Morreram sem a possibilidade de um ritual fúnebre – relembrando o trágico destino de Polinice, personagem da peça *Antígona* narrada por Sófocles –, restando, como única recordação possível a estes combatentes um obelisco que os reuniu na mais completa indiferença⁵. Essa indiferença é indicativa do fato de que no campo de guerra, todos os corpos surgem como alvo⁶ (cf. ARANTES, 2021, p. 24).

É diante de tais considerações que se busca explorar, de forma breve, algumas das contribuições do pensamento de Hannah Arendt concernentes ao tema da guerra. Mais precisamente, visa-se destacar os desafios e perigos que a guerra, em sua versão moderna, representa não apenas para os envolvidos diretamente no conflito, mas para a própria existência da vida como um todo e da possibilidade da política sob a face da terra. De acordo com Arendt, essa questão adquire importância cada vez maior diante do patamar de destruição possível que os artefatos técnicos à disposição das superpotências são capazes de acarretar. Por conseguinte, essa potencialização extrema dos meios de efetivação da guerra afetou, no entendimento da autora, as antigas verdades que perpassavam a relação entre o combate e a política (certo equilíbrio entre as partes e a existência de um vencedor) tornando-as obsoletas diante do que pode ser afetado em caso de utilização de tais implementos⁷. Isto é, diante das novas tecnologias

168

⁴ Em seu livro *Estratos do tempo: estudos sobre a história* (2014), Reinhart Koselleck dedica um capítulo a uma reflexão acerca das implicações entre a dimensão da guerra e a consciência individual. Seu ponto de partida é a tese de que: “As duas guerras mundiais causaram rupturas na experiência dos que participaram ou foram afetados por elas, em uma dimensão que até então havia sido impensável. Marcaram a consciência de todos os contemporâneos. A consciência herdada do tempo anterior, se não se modificou com essas guerras, se transformou em falsa consciência. As memórias e narrativas, bem como o silêncio dos sobreviventes, falam por si” (KOSELLECK, 2014, p. 247). Adiante, ainda nesse mesmo contexto de análise, Koselleck acrescenta que: “Todas as vivências contêm semelhanças, aspectos comuns que geram disposições parecidas na consciência. Nesse caso, podemos falar de eventos estruturados, ou estruturas de eventos, que produzem configurações comuns na consciência [...]. Trata-se de eventos singulares inseridos em uma estrutura comum e que produzem condicionamentos comuns nas consciências” (KOSELLECK, 2014, p. 248).

⁵ Ainda de acordo com Koselleck: “Essa função dos monumentos da guerra e da guerra civil - antes existiam apenas monumentos de triunfo em honra de generais ou de príncipes - manteve-se até a Segunda Guerra Mundial. É uma característica da modernidade [...]. O ápice desse desenvolvimento foi atingido com a Primeira Guerra Mundial. A partir desta, os monumentos não mais distinguem entre si oficiais, suboficiais e soldados: a igualdade na morte se transforma em símbolo da unidade na ação política” (KOSELLECK, 2014, pp. 256-257).

⁶ Conferir o ensaio do professor Paulo Arantes intitulado *O mundo como alvo: uma genealogia da militarização contemporânea*. In: *Sentimento da dialética*, São Paulo: 2021. Disponível em: <https://sentimentodadialetica.org/dialetica/catalog/view/110/113/261>

⁷ Hannah Arendt especifica em *Sobre a violência* que não é mais crível falar da guerra como parteira da sociedade, ou como a continuação da política. É, de fato, mais crível: “Falar da ‘prioridade do potencial para fazer a guerra como a principal força estruturadora na sociedade’, sustentar que os



de combate e da bomba atômica, desenvolvida durante a Segunda Guerra Mundial, torna-se impossível avançar uma justificativa plausível para sua utilização e para a destruição que pode ser causada. Nesse sentido, entende-se que o *insight* contido no livro *Sobre a violência* (2001) de que na modernidade a guerra não corresponde mais a nenhum objetivo político racional, força um repensar da validade tanto do conflito internacional entre nações (ou seja, a premissa de Clausewitz de que a guerra seria uma continuação da política por outros meios), quanto da política entendida como um jogo de força.

1 A GUERRA E A HISTÓRIA

Ao existir ainda como possibilidade real dentro do campo dos assuntos humanos, a guerra – e todas as suas mais terríveis implicações – demonstra que jamais cessou (e nem cessará tão cedo) de lançar luz e sombras sob à dimensão política.⁸ De fato, a história ocidental pode ser compreendida como a história da prática da guerra, de seus usos e abusos, não apenas enquanto “árbitro último” das relações externas, mas também como definidora do horizonte de atuação do poder do Estado e dos limites e condições para alianças (ou para radicalizar desavenças) entre territórios (*cf.* ARANTES, 2021).

Cumprido ressaltar que a presença da guerra na história das civilizações registrou o gradual desenvolvimento da técnica e dos implementos humanos, ou seja, serviu como indicador do grau de desenvolvimento de um povo. Não à toa, costuma-se associar até os dias atuais a soberania de um Estado ao tamanho de seu exército e à tecnologia de suas armas. No entanto, é importante notar que da mesma forma com que produziu alterações e metamorfoses significativas no decurso dos séculos, a guerra foi também se especializando, adquirindo novas maneiras de proceder e novas gramáticas para a ação violenta. Basta lembrar dos antigos exércitos armados com espadas e escudos que combatiam lado a lado, ombro a ombro; a passagem para o conflito armado entre Estados que detinham exércitos nacionais (e não mais milícias contratadas para a defesa); as táticas das guerrilhas; as guerras civis intraestatais e as

‘sistemas econômicos, as filosofias políticas e a *corpora juris* servem e ampliam o sistema de guerra, e não o contrário’, concluir que a ‘própria guerra é o sistema social básico, dentro do qual outros modos secundários da organização social conflitam ou conspiram’ [...]’ (ARENDDT, 2001, p. 16).

⁸ Como é sabido, tais situações insistem em reaparecer a todo tempo e em diversos lugares do planeta, basta citar os recentes conflitos no oriente médio (Iraque, Iêmen, Kuwait, Síria e nas últimas semanas o Afeganistão), as tensões entre EUA e Coreia do Norte, entre israelenses e palestinos, russos e ucranianos.



tentativas de invasão e anexação de territórios. Em suma, é como se a frase contida já na introdução de seu livro dedicado ao tema das revoluções – de que as guerras e as revoluções determinaram o curso do século XX – fosse sempre atual e sempre direcionada para o aqui e o agora (cf. ARENDT, 2011, p. 35).

Se a guerra, ao menos desde a época de Homero, representa o grau máximo de intensidade que os conflitos políticos podem assumir, é inevitável que o seu aparecimento traga consigo o temor com relação: “[...] a destruição de tudo o que há *entre nós* [...]” (ARENDT, 2020, p. 266), isto é, o temor frente ao perigo de supressão da política, da espontaneidade humana e a desertificação do mundo⁹ conforme a expressão trazida por Arendt no epílogo contido em *A promessa da política* (2020). De fato, as guerras de aniquilação (conforme o caso de Tróia ou Cartago) representam episódios nos quais se verifica não apenas a derrubada dos muros da cidade, a conquista seguida do saque e da venda da população como escravos, mas sim, a eliminação total de um povo, ou seja, de uma parcela do mundo que se revela entre os indivíduos, de uma parcela da realidade que não pode ser jamais reconstruída, pois não se trata de um objeto ou de um produto. O que perece: “[...] não é um mundo resultante da produção, mas um mundo de ação e discurso criado por relações humanas [...]” (ARENDT, 2020, p. 221).

170

Com efeito, Arendt compreende que o século XX foi capaz de radicalizar o temor com relação à uma guerra de aniquilação. De um lado, a autora considera o surgimento dos regimes totalitários, que não apenas produzem o isolamento radical dos indivíduos, mas também: “[...] lançam mão do terror sistemático para destruir todas as relações inter-humanas” (ARENDT, 2020, p. 222); de outro lado, há o fato de que a decisão sobre o uso efetivo dos arsenais nucleares de guerra está nas mãos de assessores políticos que arrogam para si a capacidade de prever efeitos e estipular resultados, como se estivessem jogando apenas com gráficos e projeções e não com vítimas reais¹⁰. Conforme a metáfora mobilizada por Arendt em *Sobre a revolução*, trata-se de um “jogo de xadrez apocalíptico”, que independentemente de quem ousar vencer, todos perdem.

⁹ No ensaio “Introdução na Política” Hannah Arendt pontua que: “O bombardeio de Coventry deixara claro para os especialistas e os maciços bombardeios das cidades alemãs para o mundo inteiro que, uma vez mais, tal como no mundo antigo, a guerra podia não apenas dizimar um povo inteiro, como também transformar em deserto o mundo em que se vivia” (ARENDT, 2020, p. 213).

¹⁰ Em *Sobre a violência* Hannah Arendt comenta o seguinte: “Em tais circunstâncias, nada pode ser mais assustador do que o constante crescimento do prestígio dos assessores de mentalidade científica nos conselhos do governo, nas últimas décadas. O problema não é que eles não *pensam*. Em vez de entregarem-se a esta atividade antiquada e improcessável, calculam as consequências de certas suposições hipoteticamente assumidas, sem, contudo, serem capazes de testar suas hipóteses contra as ocorrências reais” (ARENDT, 2001, p. 15).



Eis aqui um paradoxo. Segundo Arendt, a guerra moderna, apesar de seus implementos técnicos cada vez mais precisos, mostra-se incapaz de perseguir objetivos plausíveis, posto que seu poder de alcance destrutivo coloca em questão a existência de povos inteiros. A este respeito, Hannah Arendt chama atenção para o caso da Primeira Guerra Mundial, quando a “diferença entre soldados e civis deixou de ser respeitada porque era incompatível com as novas armas usadas na ocasião” (ARENDR, 2011, p. 39). Ou seja, nas condições modernas, a decisão sobre a guerra traz consigo um grau de periculosidade inédito e incalculável que convoca todos a refletir sobre suas consequências, do cientista ao estadista, do filósofo ao leigo, pois, uma vez deflagrada, ela será inevitavelmente travada pelas partes em conflito com todas as armas e meios que estiverem à disposição. A guerra, enfim, encontra-se atrelada à uma decisão sobre a vida humana como um todo. Um passo em direção à sua realização, mesmo que em nome da causa da liberdade, pode implicar numa catástrofe de proporções globais. É frente a esta consideração que Hannah Arendt promove sua reflexão.

2 A GUERRA PELA ÓTICA DE HANNAH ARENDT

171

Embora Hannah Arendt não tenha dedicado nenhum livro específico ao tema da guerra, isso não significa que ela tenha deixado de lado o assunto ou que não tenha considerado a importância do mesmo. Com efeito, boa parte de seu livro *Origens do totalitarismo* (1951) foi escrito durante o obscuro período do final da Segunda Grande Guerra, sendo publicado no contexto da Guerra Fria, um momento em que o ocidente ainda vivia a angústia frente à possibilidade de um novo confronto e a geografia do globo passava a ser orientada pela oposição comunismo-capitalismo. Cenário não menos sombrio é o que gestou grande parte de suas outras produções como *A condição humana* (1958), *Sobre a revolução* (1963), *Eichmann em Jerusalém* (1963) e inúmeros artigos, palestras e ensaios que foram publicados em outros livros.

Em linhas gerais, o problema da guerra é abordado de maneira indireta em diversos momentos da obra de Hannah Arendt, com diferentes enfoques e sempre considerando as influências dos períodos em que escreveu. No que diz respeito aos limites da reflexão que aqui pretende-se, é deixado de lado a via da reconstrução exegética do conceito em vista do objetivo de abordar alguns aspectos da leitura que Hannah Arendt faz da dinâmica da guerra, sobretudo no seu estágio moderno. Ou seja, interessa explorar a relação existente



entre os avanços da ciência e da técnica e como essa transformação redefiniu o estatuto da guerra, que ao adquirir um potencial inaudito de aniquilação, representa um desafio que escapa ao campo das suas justificativas, chegando ao cerne da própria política. Para ilustrar essa situação, inicia-se com uma passagem do ensaio intitulado “Introdução à política”, no qual a autora escreve na seção intitulada “A questão da Guerra” que a bomba atômica não apenas representou um marco nas habilidades da ciência moderna em repetir na terra processos energéticos de alta complexidade, mas sobretudo, representou um novo estágio no uso da força no interior das relações humanas. Devido a isso a autora escreve que:

[...] isso significa que uma guerra futura não se dará por conquista ou perda de poder, por fronteiras, por mercados de exportação ou *Lebensraum*, isto é, por coisas que podem ser obtidas por meio da discussão política e sem o recurso à força. [...] O que está hoje em questão é algo que nunca poderia ser, é claro, objeto de negociação: a mera existência de países e seus povos. É neste ponto – em que a guerra não mais supõe como dada a coexistência de partes hostis e já não busca apenas pôr fim ao conflito pela força – que ela deixa verdadeiramente de ser um meio de política e, como guerra de aniquilação, começa a cruzar a fronteira estabelecida pela política e a aniquilar a própria política (ARENDDT, 2020, p. 219).

172

Hannah Arendt parte da constatação que a guerra sofreu rápidas transformações durante o século XX. De forma que a pergunta pela “justiça” da guerra e a “santidade” de suas armas, de acordo com a clássica formulação de Tito Lívio, foi eclipsada pela envergadura dos novos testes no campo da beligerância. E não apenas as necessidades e as razões¹¹ em jogo mudaram como também mudaram os espaços de combate, visto que o embate pode mobilizar conjuntamente a terra, o mar e o espaço aéreo, e com isso construir novas táticas, novos agrupamentos, novas potencialidades. Justamente por esse aumento inaudito de seu poder, a guerra passa a ser um recurso que cobra um alto preço de todos os habitantes deste planeta, e coloca em xeque não apenas as categorias de amigo e inimigo como também a própria noção de soberania e todas as demais fontes de poder de uma nação (cf. ARENDT, 2001). A rigor, Hannah Arendt compreende, (de maneira análoga ao pensamento de Carl Schmitt), que a partir da Segunda Guerra Mundial, todo e qualquer conflito armado é potencialmente a última guerra da humanidade.

¹¹ A este respeito, Hannah Arendt escreve na introdução de seu livro *Sobre a revolução* que foram os romanos os primeiros a trabalharem com as categorias de “guerras justas” e “guerras defensivas”. Todavia, “os interesses romanos”, tratados como necessidades e justificativas para tais guerras, incluíam a conquista de outros povos, a expansão do território e a manutenção do poder. Ou seja, boa parte da prática política romana, interna ou externa, orbitava em torno do assunto da guerra (Cf. ARENDT, 2011, p. 37).



É interessante destacar como o espectro de uma guerra termonuclear acompanha os apontamentos da autora em torno da política prática de seu tempo. No ensaio intitulado “A Guerra Fria e o Ocidente” de 1962, Arendt salienta que: “Desde a Primeira Guerra Mundial, sabemos que nenhum governo e nenhuma forma de governo podem imaginar sobreviver a uma derrota na guerra” (ARENDR, 2021, p. 289). Em primeiro lugar, essa constatação revela que a ação violenta se mostrou muito mais eficaz em submeter o oponente a partir do momento em que as categorias de meios e fins eliminaram por completo qualquer traço de imprevisibilidade no agir. Em segundo lugar, que esses meios e instrumentos de destruição à disposição de uma nação detêm maior relevância para o mundo futuro do que qualquer resultado pretendido a curto ou a longo prazo. Não obstante, a efetividade e a potencialidade destes meios mobilizam altos investimentos em pesquisas atômicas, a criação de programas de estudos, assessorias especializadas, recursos humanos e naturais.

Em outro momento, no contexto de uma palestra dedicada ao tema da revolução, Arendt escreve que essa corrida armamentista nuclear se transformou em uma espécie de: “[...] guerra hipotética e provisória na qual os oponentes demonstram um ao outro quão destrutivas são as armas que possuem [...]” (ARENDR, 2021, p. 382). Nesta guerra hipotética de exibicionismo e ameaça, a paz equivale não mais ao desfecho, mas ao medo da guerra real, posto que nem a defesa da humanidade, o reestabelecimento da estabilidade política ou da soberania do Estado poderiam: “[...] presumivelmente corresponder ao seu potencial de destruição, ou justificar seu uso efetivo no conflito armado” (ARENDR, 2001, p. 13). Todavia, embora seja evidente que a guerra moderna excede às justificativas racionais conhecidas (expansão, conquista, defesa, manutenção etc.), isso não impediu que ela ocorresse em sua mais radical massividade. Conforme lembra Paulo Arantes (2021, pp. 20-21) a amplitude de sua capacidade destrutiva foi sentida nos dias 06 e 09 de agosto de 1945, nas cidades de Hiroshima e Nagasaki. Estas datas trazem à memória as imagens da destruição em jogo e marcam o início de um tempo em que o fim se torna uma presença constante. Apenas em Hiroshima, cidade que na época contava com cerca de 280.000 a 290.000 habitantes, perdeu 70.000 mil desses habitantes por morte imediata, sendo que nos cinco anos seguintes, 230.000 habitantes morreriam em decorrência de problemas causados pela radiação (cf. ROSSATTI, 2016, p. 536).

De acordo com Hannah Arendt, esse evento maior ocorrido no campo de batalha é o correlato factual ao entendimento de que a capacidade humana de destruir não mais se equilibraria com a capacidade de criar. A bomba atômica, ao desencadear a morte e a destruição em escala até então nunca vista antes, fez com que os limites da ação



violenta fossem ultrapassados, limites que, segundo a autora: “[...] declaravam que a destruição causada pela força bruta deve ser sempre parcial, [...]” (ARENDDT, 2020, pp. 220-221). Ao perturbar essa fronteira de estabilidade, um elemento de incerteza adicional foi introduzido no espaço humano, que, por definição, escapam ao controle rígido e a previsão de seus efeitos.

É por esse motivo que Hannah Arendt enfatiza que a violência, e ainda mais a violência aumentada exponencialmente, não pode ser controlada por: “[...] simulações, roteiros, teorias dos jogos e coisas assim” (ARENDDT, 2001, p. 14). Nesse terreno, nenhuma hipótese ou cálculo, nenhum assessor ou estrategista, é capaz de antecipar as consequências da ocorrência real de um ataque aéreo ou de um bombardeio nuclear. O grau de desenvolvimento dos aparatos de destruição determina previamente não apenas a possibilidade de combate como os contornos da paz futura, isto é, a corrida armamentista é o que possibilita a perigosa estabilidade entre os envolvidos, ou como entende Arendt, uma perigosa situação de “paz fria”. Nesse sentido, os cálculos dos especialistas surgem como um jogo que visa apenas a dissuasão e a manutenção do medo.¹²

174 Frente a esta tendência científica de tentar controlar o imprevisível da ação humana, Hannah Arendt escreve em *Sobre a violência* que: “[...] todas essas antigas verdades sobre a relação entre a guerra e a política, ou a respeito da violência e do poder, tornaram-se inaplicáveis” (ARENDDT, 2001, p. 17). Essa afirmação da autora requer um exame pormenorizado da implicação entre política e poder e da violência como sua antítese. Mas antes de mais nada, é importante considerar o cenário pós Segunda Guerra Mundial: a Guerra Fria e o estabelecimento de uma corrida ainda mais acirrada no campo do aprimoramento tecnológico aplicado à guerra. O resultado desse processo de acumulação de forças resultou na conhecida divisão do ocidente em esferas de influências e dependências e à confirmação de que uma guerra total poderia ocorrer mesmo fora de um regime totalitário. Gradualmente, mostrou-se ser mais crucial do que a identificação do inimigo num mundo determinado por ideologias antitéticas, a decisão sobre a utilização (ou não) dos meios de destruição em um eventual conflito. Ou seja, entra em jogo com maior peso – para além do agrupamento existencial amigo-inimigo segundo a oposição schmittiana –, o elemento determinante da responsabilidade política não apenas

¹² Conforme Arendt: “Logo depois do fim da Segunda Guerra Mundial, seguiu-se um período que escolhemos chamar de ‘Guerra Fria’, termo que acredito ter sido um equívoco. Os últimos quinze anos foram tempos de uma apreensiva ‘paz fria’, na qual as duas grandes potências mundiais tentaram, de modo mais ou menos bem-sucedido, definir suas esferas de influências e competir por posições na estrutura de poder [...]. Contudo, o próprio fato de termos chamado de ‘Guerra Fria’ o que na verdade era uma ‘paz fria’ atesta que nossa preocupação principal era o medo da guerra” (ARENDDT, 2021, p. 381)



local, mas global, do ato de atacar com todas as forças disponíveis. No caso do bombardeio americano ao Japão, não teria sido muito mais prudente, e não só mais humano, pergunta Arendt, ter demonstrado a bomba atômica em uma ilha deserta, com efeito político não menor, do que sobre cidades populosas de um país que, embora uma potência imperialista, não era um regime totalitário? (cf. ARENDT, 2020, p. 220). Resta saber se a responsabilidade requerida por Hannah Arendt está entre as virtudes dos cientistas, ou antes, entre as alternativas consideradas pelos tomadores de decisão? (cf. ARENDT, 2009; 2004).

Ao retomar a frase do físico russo Andrei Sakharov – “uma guerra termonuclear não pode ser considerada uma continuação da política por outros meios, ela seria um meio para o suicídio universal (cf. ARENDT, 2001, p. 17) – Hannah Arendt chama atenção para o fato de que:

[...] todas essas desconfortáveis novidades trazem como acréscimo é uma completa reversão nas relações entre poder e violência, antecipando uma outra reversão no futuro relacionamento entre os pequenos e grandes poderes. A soma de violência à disposição de qualquer país pode rapidamente deixar de ser uma indicação confiável do vigor do país, ou uma garantia segura contra a sua destruição por um poder menor e mais fraco (ARENDT, 2001, p. 18).

175

Estaria a guerra, enquanto *ultima ratio* da política externa, restrita àqueles países que não possuem armas nucleares? Ou a compreensão de que a guerra se tornou de fato obsoleta devido aos avanços tecnológicos (no contexto da disputa entre capitalismo e comunismo) não seria indicativo de que a política se tornou a continuação da guerra por outros meios (devido ao seu caráter dissuasivo e intimidatório)? Em sua análise, Hannah Arendt compreende que qualquer posicionamento diante de tais situações extremas não pode dispensar uma avaliação dos riscos imediatos para ambos os lados, e certamente para toda a humanidade, haja vista que compartilhamos um mesmo mundo natural, artificial e sobretudo frágil, criado pelo engenho humano, pelas palavras, ações, interesses, compartilhamento de posições etc. Diante disso, uma linha mestre do pensamento de Hannah Arendt surge em suas distinções conceituais, sobretudo entre o poder e a violência.

De modo que, no tocante ao tema da guerra, essa diferenciação contesta a crença de que os aparatos técnicos à disposição de um país equilibrariam a balança política, isto é, que corresponderiam a uma “reserva de poder”. De acordo com Arendt: “[...] o poder é de fato a essência de todo governo; mas não a violência” (ARENDT, 2001, p. 40). A guerra moderna, nesse sentido, ao mostrar-se instrumental por natureza, seja por depender



de meios para sua realização, seja por almejar um objetivo a longo prazo (a paz, a vitória, acordos de cessar fogo ou eliminação do inimigo) ignora essa diferença fundamental. Diferentemente do poder, que corresponde à habilidade humana para agir em concerto, a violência se caracteriza por dispensar a persuasão, o apoio de um número de pessoas, de modo que não pode gerar poder ou servir como base de sustentação de um governo.

Não se trata aqui de aproximar o pensamento de Arendt de tendências pacifistas, ou de uma interpretação que afasta totalmente a violência do campo político. O que é visado em sua reflexão é delinear o espaço restrito de aplicação da violência que, segundo Hannah Arendt: “[...] aparece como último recurso para conservar intacta a estrutura de poder contra contestadores individuais – o inimigo externo, o criminoso nativo [...]” (ARENDDT, 2001, p. 38). Por isso, a violência aparece como um fenômeno passível de ser justificável, mas jamais possuirá uma legitimidade semelhante àquela do poder, que se baseia no apoio de muitos, na associação de indivíduos plurais dispostos a agir em comum acordo. Enquanto o poder não pode ser convertido em meios para aumentar a força de um único indivíduo ou de uma nação,¹³ a violência (apesar de ser estruturalmente condicionada pelos meios e fins) perde em plausibilidade e justificativa quanto mais o fim almejado distancia-se de seu alcance e quanto mais destrutiva se mostra. Toda ação violenta, mesmo quando circunscrita dentro de uma estrutura de objetivos claros, pode sobrepor-se aos seus fins e perder de vista seu caráter de excepcionalidade e espalhar-se pela totalidade do corpo político, ou seja, conforme Claudia Hilb (2001, p. 22), a violência passa a contar apenas com um começo definido, mas não mais com um fim.

Assim, percebe-se que o horizonte da crítica de Hannah Arendt tanto à violência quanto à guerra está situado entre duas perspectivas, a primeira delas toca no caráter técnico que congrega estes dois elementos; a segunda, no aumento do potencial tecnológico e na atualização da crença no progresso humano por meio do avanço científico e da racionalidade instrumental. Isso fica claro nas seguintes palavras da autora:

Não apenas o progresso da ciência deixou de coincidir com o progresso da humanidade (o que quer que isto signifique), mas também poderia mesmo disseminar o fim da humanidade, tanto quanto o progresso ulterior da especialização bem pode levar à destruição de tudo o que a tornara válida antes. Em outras palavras, o progresso não mais serve como o padrão por meio

¹³ Conforme as palavras de Hannah Arendt em *Sobre a violência*, o poder é como um fim em si mesmo, pois: “[...] a própria estrutura de poder precede e supera todas as metas, de sorte que o poder, longe de ser o meio para um fim, é de fato a própria condição que capacita um grupo de pessoas a pensar e agir em termos das categorias de meios e fins” (ARENDDT, 2001, p. 41).



do qual avaliamos os processos de mudança desastrosamente rápidos que desencadeamos (ARENDRT, 2001, p. 29).

177 O progresso apontado com desconfiança por Arendt na passagem acima diz respeito sobretudo aos avanços das ciências naturais durante o limiar do século XX, isto é, desde as investigações atômicas, que permitiram a descoberta de novas fontes de energia até a corrida espacial, que possibilitou à humanidade romper com sua determinação terrena e olhar para si mesma como um objeto. Isso significa que a ciência moderna passou a reclamar para si um estatuto de universalidade. Essa afirmação revela que a partir do momento em que foi capaz de olhar para fora do planeta, explorar regiões distantes do espaço e de investigar as estruturas mais elementares da realidade, a ciência tomou o planeta Terra e, por consequente, o mundo das relações humanas objetivamente, compreendendo-o como o produto casuístico, resultado de eventos cósmicos e de leis universais. Com esse movimento, a ciência abandona de vez qualquer resquício da ideia do planeta enquanto a quintessência do ser humano (abrigo para a vida humana), bem como qualquer preocupação humanística. Para o cientista, o homem nada mais é do que: “[...] um caso especial da vida orgânica, e seu *habitat* – a terra, juntamente com as leis a ela ligadas –, nada mais que um caso limítrofe especial de leis absolutas [...], leis que governam a imensidão do universo” (ARENDRT, 2009, p. 327). A glória da ciência moderna, escreve Arendt em seu ensaio “A conquista do espaço e a estatura humana”, foi ter sido capaz de emancipar-se de: “[...] preocupações antropocêntricas, isto é, verdadeiramente humanísticas” (ARENDRT, 2009, p. 327). Essa recusa da ciência em considerar a fragilidade do elemento humano permite avançar para um outro estágio da compreensão da guerra no pensamento de Arendt, que se atém à ausência de reflexão do cientista e em sua incapacidade de se comunicar com o mundo a sua volta.

Essa questão agrava-se ainda mais a medida em que as pesquisas científicas (mesmo que, num primeiro momento abstratas e puramente teóricas) são cooptadas pelo contexto da corrida armamentista. Neste momento, a atuação solitária do cientista torna-se de interesse de todos os membros da espécie humana. A verdade da ciência, em suma, deixa imediatamente de ser uma verdade inócua, ineficaz ou não pragmática e passa a afetar direta e radicalmente o mundo das ações humanas. De acordo com Hannah Arendt, a ciência moderna modificou e reconstruiu o mundo, enquanto o cientista, operador direto destas transformações, afastava-se cada vez mais do convívio humano, isto é, de: “[...] uma parte de si mesmo e de seu próprio poder de compreensão humana, ao ir trabalhar no laboratório e começar a comunicar-se em linguagem matemática” (ARENDRT, 2009, p. 330). Para Arendt, portanto, é de



extrema importância considerar que está implícito nas teorias que propiciaram a construção das armas atômicas um sentido cada vez mais radical de distanciamento ou de alienação do ser humano a respeito do próprio mundo e, em última análise, de si mesmo (cf. ROSSATTI, 2016, p. 548).

Mesmo que alheio a qualquer desejo imediato por poder, fama midiática e reconhecimento por parte dos cidadãos leigos, o fato de os cientistas terem realizado a fissão do átomo, em 1929, assim que souberam como o fazer, torna-os diretamente envolvidos nas implicações desta busca da natureza última dos fenômenos físicos¹⁴. A procura da ciência moderna pela realidade verdadeira não apenas resultou na revolução atômica, nas descobertas das estruturas mais elementares do universo, mas também no constante temor de:

[...] que o planeta por nós habitado se esvaia em pó em consequência de teorias que são inteiramente apartadas do mundo dos sentidos, resistindo à descrição em linguagem humana, do que mesmo um furacão com que as teorias estourem como bolhas de sabão (ARENDDT, 2009, p. 334)

Este temor adquire contorno reais nas guerras modernas que dispõem de energia suficiente para eliminar, num instante, o inimigo declarado; energia essa resultante dos processos desencadeados pela manipulação humana de fenômenos naturais. É como se o progresso surgisse agora na forma de explosões cada vez maiores e colocasse em xeque a própria política e o mundo enquanto habitat para vida humana. A conjunção de avanços tecnológicos, novas pesquisas no campo da física nuclear e a corrida militar por novos dispositivos desloca, subitamente, a força para o centro da política e transforma a racionalidade técnica na virtude por excelência do estrategista e do estadista. Desse infeliz encontro, por sua vez, surgiram os prenúncios de “guerras totais”, isto é, um tipo de guerra que não pressupõe ganhos ou perdas de poder, nem a discussão acerca de limites entre um país e outro.

Tais guerras, devido a sua magnitude, pela primeira vez deixam de ser um meio da política e se transformam em eventos antipolíticos, ou seja, assumem a forma de guerras de aniquilamento, as quais ultrapassam todos os limites e critérios pré-estabelecidos. No entendimento de Hannah Arendt, essa situação de embaraço em que se encontra a política alimenta os preconceitos contra ela. A desconfiança com relação à política indica: “[...] que nos deparamos com uma situação na qual não sabemos, pelo menos não ainda, conduzir-nos

¹⁴ Ainda no ensaio “A conquista do espaço e a estatura humana”, Hannah Arendt escreve que: “[...] o cientista *qua* cientista não se incomoda sequer com a sobrevivência da raça humana sobre a terra ou, o que disto decorre, com a sobrevivência do próprio planeta” (ARENDDT, 2009, p. 339).



politicamente” (ARENDR, 2020, p. 148). Ora, essa constatação adquire uma validade exemplar no momento em que as categorias do pensamento político falham em descrever a realidade que nos cerca – seja ao definir claramente o inimigo real do inimigo imaginário, a verdade factual do autoengano, a liberdade da obediência suicida – seja no que se refere a pergunta fundamental: a política poderia aceitar de bom grado seu próprio fim?

3 À GUIA DE CONCLUSÃO: A PERGUNTA PELO SENTIDO DA POLÍTICA.

No ensaio intitulado “Será que a política ainda tem de algum modo um sentido?” (2001), Hannah Arendt comenta que a perplexidade desse questionamento é inevitável diante de situações reais que ocorreram no âmbito da política. Como indicado anteriormente, a primeira delas foi a experiência com as formas de governo totalitário, o desafio que o nazismo e o bolchevismo representaram às categorias tradicionais da política e da filosofia¹⁵; a segunda é justamente o potencial de destruição do poderio dos Estados modernos. O encontro destes dois eventos pavimentou o caminho para a mais radical redução do poder à violência, do governo ao cerceamento policial, da exceção à regra, e transformou a guerra em recurso que deixa de lado a defesa do Estado em nome de uma “[...] estratégia de adiamento indefinido de um Estado em rota de desagregação, de adiamento indefinido de uma ordem política em regime de colapso” (SAFATLE, 2021, pp. 138-139). Ainda conforme Safatle (2021), é marca da guerra fascista não ser uma guerra de conquista ou estabilização, ela busca, outrossim, dar a impressão de vertigem diante de um movimento perpétuo em que todos eventualmente surgem como inimigos. E para dar viabilidade ao movimento, é necessário que a vida social seja regida pelo medo constante, que a estrutura das relações seja perfurada pela militarização absoluta.

Tal conjuntura favorece um olhar cético com relação às possibilidades de, sob as condições modernas, política e preservação da vida serem conciliáveis, da ação ser entendida como correlata à liberdade, e esta, como razão de ser da política. O que chama a atenção de Arendt (e serve como advertência para os seus leitores) é que a aparente falta de sentido da política não pode contar com a esperança de uma solução satisfatória à curto prazo e tampouco

¹⁵ Para uma compreensão mais pormenorizada dos regimes totalitários e suas implicações para o mundo político indica-se o livro de André Duarte André Duarte. *O Pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000; e o livro de Rodrigo Ribeiro Alves Neto *Alienações do mundo: uma interpretação da obra de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2009.



com a boa vontade das partes envolvidas na definição de seus objetivos. Quanto mais um governo torna-se burocrático, administrativo e instrumentalizado mais é difícil encontrar saídas para situações extremas. A questão resta em aberto: a política pode sobreviver se entendida como a conclusão de um impasse por meio do recurso à guerra, ou o perigo de negação do mundo que fragilmente subsiste entre as pessoas forçará uma alteração na relação entre estes dois termos?

Destacou-se na abertura deste texto que a guerra nunca cessa de definir novos caminhos para si. Há ainda hoje disputas por territórios e fronteiras, por possessões marítimas, por controle de rotas comerciais, por hegemonia, por recursos naturais, por áreas de influências, por informações e dados. E na exata medida em que pululam estes motivos, crescem os meios de destruição à disposição. De fato, a guerra sempre contou com uma variedade de implementos, mais ou menos tecnológicos, para decidir seu destino, e a política (assim como as instituições jurídicas) sempre se equilibrou neste estreito lugar entre o direito e o crime. Porém, certo desequilíbrio entre os motivos e as armas se estabeleceu ao menos desde a Primeira Guerra Mundial. Como visto, o pensamento de Hannah Arendt assume como fio condutor para a compreensão deste desequilíbrio a questão da bomba atômica, isto é, o significado deste poderio destrutivo para o âmbito humano e o papel da racionalidade técnico-científica entre as grandes potências. Esse imbricamento marcou definitivamente o papel da guerra como elemento dentro das relações internacionais pós Segunda Guerra Mundial.

Para a pensadora, e para o mundo de seu tempo, marcado pela Guerra Fria e pela corrida armamentista, refletir sobre o papel da guerra, da violência e do poder era se debater contra uma situação paradoxal: na medida em que a soberania nacional e o poder governamental estavam alicerçados sob a égide da guerra como *ultima ratio*, uma decisão sobre a guerra poderia ser a decisão sobre o fim da política na forma como a civilização ocidental havia compreendido até então. Qual decisão tomar? Essa é a pergunta que Hannah Arendt lança em sua análise: extirpar a guerra da política, pelo menos nos termos como vinha sendo disposta ou, em última instância, esperar que o mundo em que a política surgiu fosse aniquilado em nome de uma compreensão de poder que se confunde com a violência? No momento em que a guerra não mais supõe como importante a existência de partes hostis e já não busca simplesmente pôr um fim ao combate, mas demonstrar um poder onipotente, ela deixa de ser um recurso da política, e como guerra de aniquilação, de assassinato em massa e genocídio, devora a todos os envolvidos.



REFERÊNCIAS

- ARANTES, Paulo. *O mundo como alvo: uma genealogia da militarização contemporânea*. In: Sentimento da Dialética. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://sentimentodadialetica.org/dialetica/catalog/view/110/113/261>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. 3ª ed. Tradução: André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ARENDT, Hannah. *A promessa da política*. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. 7ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2020.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução: Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 6ª ed., 2009.
- ARENDT, Hannah. *Crises da república*. Tradução: José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 2ª ed., 2004.
- ARENDT, Hannah. A guerra fria e o ocidente; Revolução e liberdade, uma palestra; Trabalho, fabricação, ação. In: KOHN, Jerome (Org.) *Pensar sem corrimão: compreender 1953 – 1975*. Tradução: Beatriz Andreiulo [et al.]. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.
- ARENDT, H.; CORREIA, A.; MAGALHÃES, T. C. TRABALHO, OBRA, AÇÃO. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, v. 2, n. 07, p. 175-202, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/163481>. Acesso em: 12 ago. 2022.
- DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HILB, Claudia. Violencia y política en la obra de Hannah Arendt. *Sociológica*, año 16, número 47, pp. 11-44.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 1ª ed., 2014.
- NETO, Rodrigo Ribeiro Alves. *Alienações do mundo: uma interpretação da obra de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2009.
- ROSSATTI, Gabriel Guedes. Hannah Arendt e a filosofia política na era atômica. *Revista Veritas*, Porto Alegre, v. 61, n. 3, set.-dez. 2016, p. 535-552. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2016.3.18187>.
- SAFATLE, Vladimir. Estado suicidário, fascismo e problemas no uso político do conceito de pulsão de morte. *Tempo*. Org. Daniela Teperman, Thais Garrafa, Vera Iaconelli. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

